

Exmos. Senhores

Assunto: Convite para apresentação de proposta no âmbito do procedimento pré-contratual do tipo consulta prévia com o n.º 89-A/DAPAT/2024, para efeitos de *“aluguer operacional de viatura a afetar aos serviços da Assembleia da República”*.

Exmos. Senhores,

A Assembleia da República, pessoa coletiva n.º 600054128, através da sua Divisão de Aprovisionamento e Património, sita na Av. D. Carlos I, n.º 128 a 132, 2.º andar, em Lisboa, com o endereço de correio eletrónico DAPAT.Correio@ar.parlamento.pt, convida a vossa empresa a apresentar proposta no âmbito do procedimento pré-contratual do tipo consulta prévia adotado para a celebração de um contrato de *“aluguer operacional de viatura a afetar aos serviços da Assembleia da República”*, de acordo com o definido no caderno de encargos que se anexa.

1. Decisão de contratar

1. Informa-se que a decisão de contratar foi tomada por despacho de xx de xx de 2024 da Senhora Secretária-Geral da Assembleia da República, precedido de parecer favorável do Conselho de Administração de xx de xx de 2024, nos termos conjugados dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos (doravante denominado CCP), da alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 54.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República.

2. O presente procedimento foi adotado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, ambos do CCP.

2. Conteúdo da proposta

1. A proposta deve obrigatoriamente integrar:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º e anexo I, ambos do CCP, cujo modelo faz parte do presente convite como seu anexo I;
- b) Preço global da proposta para os 48 (quarenta e oito) meses de vigência contratual (n.º 1 do artigo 5.º do CE);

- c) Preço mensal do aluguer do veículo (n.º 2 do artigo 5.º do CE);
 - d) Custo por quilómetro não percorrido ou percorrido em excesso, o qual não deverá ser superior a 0,095 €/km, a acrescer IVA à taxa legal de 23% (n.º 3 e 4 do artigo 8.º do CE);
 - e) Programa de manutenção e número de dias de imobilização previstos para efeitos de manutenção/avarias (ponto II do artigo 25.º do CE);
 - f) Rede de oficinas a utilizar no Concelho de Lisboa e limítrofes para os trabalhos de manutenção/avarias (ponto III do artigo 25.º do CE);
 - g) Prazo máximo para início da reparação de viatura sinistrado/avariada;
 - h) Em relação ao veículo a afetar ao contrato, indicação de forma expressa da:
 - i. Marca;
 - ii. Modelo;
 - iii. Cilindrada;
 - iv. Tipo de combustível;
 - v. Emissões de CO2 ponderadas, combinadas em G/Km (atributo da proposta);
 - vi. Consumo de combustível ponderado, combinado em l/100km (atributo da proposta), e;
 - vii. Potência máxima de cada veículo em Cv, conforme indicação do fabricante e independentemente das rotações por minuto (rpm).
 - i) Catálogo, ou documento equivalente, do veículo a afetar ao contrato, com uma descrição das respetivas características técnicas, em cumprimento do que para este efeito (características), se encontra definido no caderno de encargos.
2. Os documentos que integrem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução em relação à qual o concorrente declare de forma expressa aceitar a prevalência, para todos os efeitos legais, sobre os respetivos originais.
3. Os preços a indicar em sede de proposta não devem incluir o IVA, devendo ser indicados em algarismos e por extenso, acompanhados de menção expressa que “ao preço acresce o IVA”.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços mais decompostos.
5. A proposta, bem como todos os documentos que a constituem, devem ser assinados pelo concorrente ou pelos seus representantes, com poderes para o efeito.

3. Forma de apresentação da proposta

A proposta será obrigatoriamente apresentada através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, devendo para o efeito utilizar-se a plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pela Assembleia da República, acessível através da ligação: <http://www.acingov.pt>.

4. Prazo para entrega da proposta

A proposta deve ser apresentada até às 23h59min do 15º (décimo quinto) dia a contar da data do envio do presente convite.

5. Negociação

O presente procedimento não prevê fase de negociação das propostas.

6. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, pela aplicação às propostas dos fatores, subfactores e valores dos respetivos coeficientes de ponderação, melhor densificados no anexo II do presente convite:

2. Em caso de empate, será vencedor o concorrente empatado pela ordem de prevalência definida também no anexo II do presente convite

7. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças e as listas com indicação, expressa e inequívoca, dos erros e omissões destas últimas, deverão ser respetivamente, solicitados e apresentadas, pelo interessado, dentro do primeiro terço do prazo definido para efeitos de apresentação de propostas, utilizando para o efeito o meio de transmissão escrita e eletrónica de dados referido no ponto 3 do presente convite.

8. Habilitação

1. Para comprovar a respetiva habilitação, o adjudicatário deverá, no prazo de 5 (cinco) dias após notificação para o efeito, através do meio de transmissão referido no ponto 3, apresentar os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;

- b) Comprovação de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
- c) Certidão de registo criminal da pessoa coletiva adjudicatária e dos titulares do órgão de administração/gerência em efetividade de funções ou disponibilização de acesso para a sua consulta *on-line*;
- d) Documento comprovativo de que têm a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal ou disponibilização de acesso para a sua consulta *on-line*;
- e) Documento comprovativo de que têm a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal ou disponibilização de acesso para a sua consulta *on-line*;
- f) Documento comprovativo da identificação dos titulares do órgão de administração/gerência em efetividade de funções ou disponibilização de acesso para a sua consulta *on-line* (certidão do registo comercial).

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido a este último um prazo de 5 (cinco) dias para apresentação dos documentos em falta.

9. Caução

1. Para garantir a celebração do contrato e o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual.

2. A caução poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 90.º do CCP, designadamente:

- a) Depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, efetuados em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade adjudicante, especificando o fim a que se destina, devendo, no caso dos últimos, ser avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação da Bolsa de Valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média;
- b) Garantia bancária, pela apresentação de documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de

quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita, e;

- c) Seguro-caução, mediante a apresentação da apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela Assembleia da República em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.

4. Os modelos referentes à caução a prestar são os constantes dos anexos III e IV do presente convite.

5. Todas as despesas decorrentes da prestação de caução são da responsabilidade do adjudicatário.

6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida, sendo adjudicada a proposta ordenada no lugar subsequente.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património

Cristina Garrido

Anexos:

- I. Modelo de declaração;
- II. Modelo de avaliação;
- III. Modelo de Guia de depósito bancário;
- IV. Modelo de garantia bancária/seguro caução, e;
- V. Caderno de encargos.

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

MODELO DE AVALIAÇÃO

(a que se refere o ponto 6 do convite)

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator pela aplicação dos seguintes fatores:

a. Preço da proposta (60%), cuja pontuação decorrerá da aplicação dos seguintes subfactores e respetivos coeficientes de ponderação:

i. Subfactor: Componente Fixa (preço global da proposta) 90 %;

ii. Subfactor: Componente Variável (Custo do quilómetro não percorrido ou percorrido em excesso) 10 %.

- b. Consumo de combustível combinado (l/km) (20%), e;
- c. Emissão de CO₂ (g/Km) (20%).

As pontuações parciais dos fatores e respetivos subfactores serão atribuídas em conformidade com uma escala de pontuação de **0 a 100** nos termos seguintes

FATOR PREÇO (60%)

A pontuação relativa ao preço da proposta será o resultado da soma ponderada das pontuações obtidas nos seguintes subfactores, as quais (pontuações dos subfactores) serão obtidas mediante aplicação às propostas em avaliação das seguintes expressões matemáticas:

a) Subfactor preço da componente fixa (90%)

$$P = - 100,00 * Pp^{^6} / Pb^{^6} + 100,00$$

Em que:

P: Corresponde à pontuação obtida no subfator em avaliação;

Pb: Corresponde ao preço base máximo fixado em sede de caderno de encargos para o aluguer do veículo pelo prazo de 48 meses, que ascende aos € 67.200,00, acrescidos de IVA, e;

Pp: Corresponde ao preço global da proposta em avaliação, para aluguer do veículo pelo prazo de 48 meses, sem IVA.

b) Subfactor Preço da componente variável (10%)

$$P = - 100,00 * Pp^{^6} / Pb^{^6} + 100,00$$

Em que:

P: Corresponde à pontuação obtida no subfator em avaliação;

Pb: Corresponde ao preço base fixado em sede de caderno de encargos por quilómetro não percorrido ou percorrido em excesso que ascende aos 0,095 €/km;

Pp: corresponde ao preço por quilómetro não percorrido ou percorrido em excesso, da proposta em avaliação, sem IVA.

CONSUMO DE COMBUSTÍVEL COMBINADO (l/Km) (20%)

A pontuação relativa ao consumo de combustível combinado, será a que resultar da aplicação às propostas em avaliação, da seguinte expressão matemática:

$$P = - 100,00 * Ccc^{^6} / Cb^{^6} + 100,00$$

Em que:

P: Corresponde à pontuação obtida no fator em avaliação;

Cb: corresponde ao consumo de combustível ponderado, combinado base, que ascende aos 3,5 l/100km;

Ccc: corresponde ao valor apresentado pela proposta em avaliação, para o consumo de combustível ponderado, combinado da viatura a afetar ao contrato em l/100km.

EMIÇÃO DE CO₂ (g/Km) (20%)

A pontuação relativa às emissões de CO₂, será a que resultar da aplicação às propostas em avaliação, da seguinte expressão matemática:

$$P = - 100,00 * Ecc^{^6} / Eb^{^6} + 100,00$$

Em que:

P: Corresponde à pontuação obtida no fator em avaliação;

Eb: Corresponde às emissões de CO₂ ponderadas, combinadas base que ascende aos 45g/km;

Ecc: Corresponde ao valor apresentado pela proposta em avaliação, para as emissões de CO₂ ponderadas, combinadas em g/km.

CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate, será vencedor o concorrente empatado pela seguinte ordem de prevalência:

- a) Obtenha maior pontuação no fator Preço;
- b) Obtenha a maior pontuação no fator Consumo de combustível combinado;
- c) Obtenha maior pontuação no fator Emissão de CO₂;
- d) Caso ainda assim se mantenha o empate, mediante a realização de um sorteio.

ANEXO III

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos _____ (*eliminar o que não interessar*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)*]

ANEXO IV

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), vem o(a) _____ (*instituição garante*), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (*entidade adjudicante beneficiária*), uma garantia bancária/seguro-caução (*eliminar o que não interessar*), até ao montante de _____ (*por algarismos e por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no

âmbito do _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 6 e 8/7 e 8 (*eliminar o que não interessar*) do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (*eliminar o que não interessar*) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]